A questão concreta da cidadania e a centralidade da teoria da alienação de Marx¹

The concrete state of citizenship and the main importance of Marx's Theory of Alienation

Vinicius Scarpi²

RESUMO

Este trabalho quer contribuir com a discussão concreta sobre as possibilidades de uma cidadania ativa, que passa pela participação política de homens comuns. Neste sentido, o artigo apresentará a questão da alienação do trabalho e a sua relação com a alienação política como aspectos fundamentais para uma análise crítica e realista do tema.

Palavras chave: Participação política. Democracia e cidadania. Alienação do trabalho e apatia política. Teoria da Alienação e materialismo histórico.

ABSTRACT

This work intends to contribute with the debate about the possibilities of active citizenship, which goes through the political participation of ordinary men. In this sense, the present paper will discuss the fact of alienation of labor and its relationship with political alienation as key considerations for a critical and realistic analysis of the theme.

Keywords: Political participation. Democracy and citizenship. Alienation of labor and political apathy. Theory of Alienation and historical materialism.

Não causaria tanto espanto afirmar que o tema da cidadania tem lugar de destaque nos discursos acadêmicos realizados nos campos do Direito e da Política. Há quem diga, inclusive, que se trata de verdadeiro "conceito de moda em todos os setores da política"³. De fato, o tema da cidadania se apresenta como ponto importante de reflexão e de debate,

¹ Artigo recebido em 29 de agosto de 2012 e aceito em 10 de setembro de 2012.

² Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

³ AFONSO DA SILVA, José. *Comentário Contextual à Constituição*. São Paulo: Editora Malheiros, 2005, p. 35.

de modo que esse artigo se somará a esse grupo de trabalhos que em alguma medida passam por essa questão.

Em linhas gerais, duas importantes vertentes (não únicas) poderiam ser identificadas entre os discursos que se produzem e se dedicam ao tema da cidadania: i) a discussão da cidadania preocupada com a questão da participação política e da cultura cívica⁴ e ii) a discussão sobre as relações entre cidadania e a política do reconhecimento nas sociedades plurais contemporâneas⁵. As duas vertentes estão presentes, são identificáveis nos discursos e são significativas.

O presente trabalho estará relacionado de forma mais direta e nítida com a primeira vertente, isto é: com o debate acerca das possibilidades da cidadania relacionada com a participação política mais efetiva. Nesse sentido, o trabalho quer discutir e reforçar a necessidade e a potencialidade de se pensar a cidadania e a participação política articulada com a teoria da alienação de Marx.

A articulação com a teoria da alienação tem potencialidade em razão do caráter radical e crítico tão característico da tradição marxista e é necessária, pois, como se tentará argumentar, a menos que não se esteja discutindo a cidadania para homens comuns e reais, a situação real de sujeitos alienados se apresentará como obstáculo concreto ao desenvolvimento da cidadania, em sua relação com a participação política direta. E é esse justamente o ponto central do trabalho: assinalar a importância da reflexão acerca da

⁴ "A cidadania moderna caracterizou-se, no processo de sua formação, por exigir a participação dos segmentos sociais na sua definição e implementação. Os mecanismos constitucionais que definem a cidadania no estado democrático de direito tem implícita a participação como condição política para sua implementação". BARRETTO, Vicente. *O fetiche dos Direitos Humanos e outros temas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, p. 149.

⁵ "Importa demonstrar que as dimensões de cidadania, a normativa e a política, possuem uma estreita interação, estando ligadas por vínculos recíprocos de reconhecimento. Tal reconhecimento emana da forma mais evidente do núcleo político da cidadania, da capacidade de poder e de força daqueles sujeitos que demandam determinado padrão social de dignidade e se encontram conscientes de injustiças. Assim, a dimensão de reconhecimento, latente na cidadania, é reconhecida porque possui íntimos vínculos interacionais. A contrário senso, resta ao sujeito se reconhecer na condição de subcidadão (...). BERTASO, João Martins. Cidadania, in: BARRETTO, Vicente. *Dicionário de Filosofia Política*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010, p. 99.

alienação como parte de um debate mais crítico acerca da cidadania e da participação política.

Ainda como nota introdutória, é importante destacar que a teoria da alienação de Marx a seguir discutida também está ancorada de forma evidente na leitura dada a esta teoria por István Meszáros, o que talvez exigisse que se deixasse claro que o debate se utilizará de uma categoria marxista (e não apenas marxiana) de alienação.

A alienação como fato incontornável do debate

Nos chamados "Manuscritos econômico-filosóficos", de 1844, Marx traz um de seus conceitos fundamentais: a alienação⁶. O tema da alienação, que percorre todo o conteúdo dos manuscritos, está mais evidentemente tratado quando Marx trabalha o tema do "trabalho estranhado e a propriedade privada"⁷, momento este quando, ao tratar da questão do trabalho, Marx reflete acerca da alienação, entendida como separação e estranhamento e, também, dá pistas sobre a superação qualitativa da mesma ou, em outras palavras, de sua transcendência.

Os manuscritos, como dito, tratam essencialmente acerca do tema da alienação do trabalho, o que, em uma leitura mais apressada, poderia levar a conclusão de que se trata de uma questão - alienação - analisada apenas sobre o aspecto econômico, o que, de fato, não se concretiza em Marx e em seus manuscritos de 1844.

A alienação enquanto categoria presente nos manuscritos citados não se reduz a uma categoria econômica apenas, mas também econômica, tanto quanto política e jurídica - por isso, social. A alienação do trabalho, como aqui se discutirá, é categoria com aspectos econômicos, jurídicos e políticos, razão pela qual é alienação não apenas econômica, mas também, política.

⁶ LOWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Tradução: Anderson Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 134-135.

⁷ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 79-90.

Assim, desde logo deve ser afirmado que a relação entre alienação econômica e alienação política não se dá apenas na medida em que a economia condiciona a política, mas antes, e fundamentalmente, no sentido de ser a economia parte do social tanto quando a política o é e, com isso e por isso, ser possível afirmar que o capitalismo, enquanto totalidade, não ser apenas um simplesmente um sistema econômico, mas um sistema social: econômico, político, jurídico etc. Por essa razão, a alienação do trabalho será afirmada também como alienação política ou, dito de outra forma, a alienação do trabalhador será afirmada também como alienação do cidadão.

Pois bem, a alienação no pensamento marxista poderia ser inicialmente definida como:

Uma ação através da qual (ou um estado no qual) uma pessoa, um grupo, uma instituição, ou uma sociedade torna-se (ou mantém-se) alienada do resultado ou produto de suas próprias atividades (e da atividade mesma), e/ou da natureza na qual vive, e/ou de outros seres humanos e - adicionalmente ou através de um desses aspectos ou de todos - também de si mesmo (de suas próprias possibilidades historicamente criadas pelo homem)⁸.

Neste trecho, então, fica destacada a alienação enquanto separação e estranhamento do homem do produto de sua atividade (e também de sua própria atividade), da natureza, dos outros seres humanos e de si mesmo (ou de suas possibilidades históricas). Neste sentido, para Meszáros, a alienação em Marx passaria por quatro aspectos fundamentais: i) o homem está alienado da natureza; ii) o homem está alienado de si mesmo (de sua própria atividade); iii) está alienado de seu ser genérico (de seu ser enquanto membro da espécie humana); iv) o homem está alienado do homem (dos outros homens)⁹.

Antes de lhe serem possíveis estas conclusões, Marx se aproxima da questão da alienação a partir da constatação de que "o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à

⁸ No original: In Marx's sense an action through which (or a state in which) a person, a group, an institution, or a society becomes (or remains) alien (1) to the results or products of its own activity (and to the activity itself) and/or (2) to the nature in which it lives, and/or (3) to other human beings, and - in addition and through any or all of (1) to (3) - also (4) to itself (to its own historically created human possibilities). PETROVIC, Gajo. Alienation. In: BOTTOMORE, Tom (org.). *A Dictionary of Marxist Thought*. Oxford: Basil Blackwell, 1983, pp. 9-15.

⁹ MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 20.

potência (*Match*) e grandeza (*Grosse*) da sua produção (...) e que, no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos *proprietários* e dos *trabalhadores sem propriedade*¹⁰.

Esta constatação é afirmada em outros termos na contradição de que:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e em extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*Sachlich*), é a objetivação (*Vergegenstandlichkeit*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entausserung*)¹¹.

Nesta passagem, Marx, ainda como jovem Marx, já traz sintetizado alguns dos elementos fundamentais de seu pensamento. Primeiro Marx revela que parte dos fatos, da vida, da realidade e percebe na realidade de seu tempo - o que ainda vale para o tempo presente - a existência na sociedade de uma contradição entre proprietários e trabalhadores não proprietários. Marx revela, ainda, que a riqueza gerada pelo trabalho, na medida em que é a apropriada pelo capital, significa a pobreza do trabalho e que neste processo trabalhador e trabalho se tornam coisas, e que o fruto do trabalho torna-se objeto estranho ao trabalho, mas não apenas estranho, mas objeto que se volta contra o último e o oprime.

Esta separação e este estranhamento do trabalho e do fruto do trabalho em relação ao trabalhador é o que se afirma como alienação, sendo esta, sem dúvida, uma das categorias mais importantes e potentes do pensamento marxista.

¹⁰ MARX. Karl. *Manuscriptos econômico-filosóficos*, p. 79.

¹¹ *Ibidem*, p. 80.

A categoria em questão é importante porque Marx, ainda na juventude, revela traços fundamentais de seu método de análise que, em claro afastamento da postura de economistas e pensadores de seu tempo, que se deslocavam "para um estado primitivo imaginário", parte do fato presente, ou melhor, da vida. É importante, também, porque Marx enxergando a centralidade do trabalho como (a) atividade humana fundamental, resolve entender as condições reais desta atividade para relacioná-la com outras atividades humanas, para, ainda, entender a(s) atividade(s) humana(s) dentro de um quadro de totalidade.

Neste sentido, parece certo poder-se afirmar que Marx jamais discutiria, por exemplo, a participação democrática dos cidadãos em um determinado contexto social, sem se perguntar quais homens concretos são chamados a realizar a democracia e quais as condições reais de sua realização naquele mesmo contexto (discussão essa sempre articulada com a categoria da totalidade).

A categoria da alienação não é apenas importante para uma aproximação teórica com o estado real dos homens, mas é ainda potente, porque a alienação, entendida como processo histórico de auto-alienação, não é apenas um conceito descritivo, mas um apelo ou um chamado para uma mudança revolucionária do estado de coisas¹². Ou, como afirmado por Meszáros, nos Manuscritos de 1844, Marx ocupa-se, também, da questão da transcendência - superação -, "perguntando como é possível substituir o atual estado de coisas, o sistema predominante de alienações, do estranhamento evidente na vida cotidiana"¹³.

Ora, a alienação assume a forma de categoria incontornável para o debate acerca da democracia e da cidadania porque a questão acerca da apatia, da separação, do desinteresse e da desconfiança em relação à política da parte do homem comum existe enquanto uma

¹² PETROVIC, Gajo. Alienation. In: BOTTOMORE, Tom (org.). *A Dictionary of Marxist Thought*. Oxford: Basil Blackwell, 1983, p. 10.

¹³ MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...*, p. 22.

das principais questões a ser discutida no debate sobre a cidadania.¹⁴ A apatia, acompanhada da desconfiança em relação à política, é quase que inevitavelmente posta como um dos obstáculos à concretização de uma cidadania ativa.

Em conjunto com a questão da apatia e do desinteresse costuma ser afirmado, quase que em senso comum, que o povo, os cidadãos ou que o homem comum está despolitizado e “alienado”. Neste senso comum, estar alienado surge como o estado de estar alheio, indiferente a uma determinada coisa, o que no caso da política significaria que o homem comum é alienado porque não se interessa pela atividade política ou porque não educado suficientemente não se dá conta das questões políticas.

Ocorre que a alienação em Marx tem significado mais profundo e com maior capacidade de explicação para o fato do estranhamento e da separação do que a simples afirmação de que o homem comum não se interessa pela política ou, ainda, de que o homem comum não está educado para a política. A alienação, enquanto processo histórico de auto-alienação (pois a alienação dos homens é causada pelos próprios homens) tem causas intrinsecamente relacionadas com o metabolismo do capital e da propriedade privada. A alienação, desta forma, não é facilmente explicada enquanto deseducação ou desinteresse, mas sim como realidade complexa e perversa contra aquele sujeito alienado, desumanizado.

Assim, entender o significado da alienação do trabalho em Marx, que é também alienação política, é necessário para que se tenha uma visão crítica adequada à complexidade do estado de reificação, separação e estranhamento do homem comum em relação a duas atividades humanas fundamentais: o trabalho e a política.

O conceito de alienação

¹⁴ Para uma discussão que deixa fora de dúvida a centralidade e a importância do tema da apatia nos debates acerca da cidadania Cf.: DAGGER, Richard. *Civic Virtues: rights, citizenship, and republic liberalism*. Oxford: Oxford University Press, 1997, pp. 132-153.

István Meszáros destaca que antes de se tentar apreender a profundidade do conceito de alienação em Marx, deve-se percorrer o caminho reflexivo que permitiu a este chegar a suas conclusões. Neste sentido e neste percurso, István Meszáros destaca que, quando inicia sua reflexão acerca da alienação, o problema imediato para Marx é "por que existe um abismo tão grande entre filosofia e ciências naturais" e por que ambas são tão hostis entre si¹⁵. Nas palavras do próprio Marx:

As ciências naturais desenvolveram uma enorme atividade e se apropriaram de um material sempre crescente. Entretanto, a filosofia permaneceu para elas tão estranha justamente quanto elas permaneceram estranhas para a filosofia. (...) Mas quanto mais a ciência natural interveio de modo prático na vida humana mediante a indústria, reconfigurou-a e preparou a emancipação humana, tanto mais teve de completar, de maneira imediata, a desumanização. A indústria é a relação histórica efetiva da natureza e, portanto, da ciência natural com o homem; por isso, se ela é apreendida como revelação exotérica das forças essenciais humanas, então também a essência humana da natureza ou a essência natural do homem é compreendida dessa forma, e por isso a ciência natural perde a sua orientação abstratamente material, ou antes idealista, tornando-se base da ciência humana, como agora já se tornou - ainda que em figura estranhada - a base da vida efetivamente humana; uma outra base para a vida e uma outra para a ciência é de antemão uma mentira. A natureza que vem a ser na história humana - no ato de surgimento da história humana - é a natureza efetiva do homem, por isso a natureza, assim como vem a ser por intermédio da indústria, ainda que em figura estranhada, é a natureza antropológica verdadeira¹⁶.

Nesta passagem, Meszáros destaca que Marx crítica tanto à filosofia quanto às ciências naturais - a primeira por ser especulativa e a segunda, idealista - e que, ainda, este último considera ambas - filosofia e ciências naturais - parte de um mesmo processo de estranhamento, propondo contra ambas um ideal de "ciência humana". "O que Marx quer dizer com ciência humana é uma ciência de síntese concreta, integrada com a vida real. O ponto de vista dela é o ideal do homem não-alienado, cujas necessidades reais humanas - em oposição tanto às necessidades inventadas especulativamente como às necessidades abstratamente materiais, praticamente desumanizadas - determinam a linha de pesquisa em cada campo particular". Meszáros prossegue afirmando que "essa concepção da ciência humana, em sua oposição à ciência natural, abstratamente material e idealista, é

¹⁵ MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...*, p. 97.

¹⁶ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos...*, p. 112.

obviamente dirigida contra a fragmentação e a determinação inconsciente, alienada, da ciência¹⁷.

Para Marx, então, existem como expressões do processo social de estranhamento - de alienação - as ciências naturais e a filosofia. Nas palavras duras e precisas de Meszáros:

A estrutura da produção científica é basicamente a mesma da atividade produtiva fundamental em geral (principalmente porque as duas se fundem em grande medida): uma falta de controle do processo produtivo como um todo; um modo de atividade "inconsciente" e fragmentado, determinado pela inércia da estrutura institucionalizada do modo capitalista de produção; o funcionamento da ciência abstratamente material como simples meio para fins perdeteterminados, externos, alienados.

Em sua universalidade especulativa, a filosofia se torna um fim em si mesmo" e "para si mesmo", oposto de modo fictício à esfera dos meios: um reflexo abstrato da alienação institucionalizada dos meios em relação aos fins. (...) Assim, em vez de ser uma dimensão universal de toda a atividade, integrada na prática e em seus vários reflexos, ela funciona como universalidade alienada, independente (*verselbstandigt*), mostrando o absurdo de todo esse sistema de alienações pelo fato de ser essa universalidade fictícia realizada como a mais esotérica de todas as especialidades esotéricas, rigorosamente reservada aos sumos sacerdotes alienados (os *Eingeweihten*) desse comércio intelectual¹⁸.

Assim, filosofia e ciências naturais existiriam enquanto parte de um processo social amplo de alienação - separação e estranhamento. Enquanto parte deste citado processo social de alienação, ambas estão estranhadas entre si - não se comunicam – e, em relação à questão real da natureza humana alienada, ambas encontram-se igualmente incapazes de dar conta desta questão. Mas, por quê? No caminho de uma resposta, dois elementos poderiam ser apontados como omissões importantes na construção dos saberes filosófico e científico: i) o papel da indústria (atividade produtiva) e ii) o papel da historicidade, que significa - para os saberes sobre o homem - a necessidade de uma análise da gênese histórica de todos os elementos de uma teoria. Assim, em Marx, a análise do homem nunca se afastará da indústria e da historicidade ("a história da humanidade deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas"¹⁹).

* * *

¹⁷ MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...*, p. 98.

¹⁸ MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...*, p. 99.

¹⁹ MARX, Karl. *A ideologia Alemã...*, p. 34.

Em sintonia com as omissões assinaladas, Meszáros destaca que "os termos de referência fundamentais na teoria da alienação de Marx são o homem (H), a natureza (N) e a indústria (I)" e para a compreensão da "essência humana da natureza", ou "essência natural do homem" - expressões do próprio Marx -, o conceito de indústria é crucial²⁰. A indústria é fundamental porque constitui-se como causa da complexidade - criando novas necessidades ao mesmo tempo em que satisfaz as mais antigas - e como meio do homem de afirmar sua supremacia sobre a natureza. A indústria é, ainda, crucial para a compreensão acerca do homem real, isto é, histórico, porque a ela se liga o primeiro ato histórico, como afirma Marx:

Devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos.

O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades - e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico²¹.

Dessa maneira, estão postos os três elementos fundamentais da história: o homem, a indústria e a natureza. Estes três elementos existem na forma de uma interação tríplice e recíproca ou, ainda, na forma de uma relação de reciprocidade dialética. Assim, a partir da noção de reciprocidade dialética entre esses elementos, o homem não é apenas entendido como criador da indústria, mas também como seu produto e, ainda, o homem é tido como produto, mas também como criador da natureza na medida em que deixa sua marca sobre a mesma. Logo, como conclusão possível do trecho citado de *A Ideologia Alemã*, o processo de interação recíproca destacado é a "gênese da sociedade humana"²².

Aqui, então, está destacado um elemento central do sistema marxista: a mediação da relação entre homem e natureza pela indústria. Esta mediação cumpre um papel

²⁰ MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...*, p. 99.

²¹ MARX, Karl. *A ideologia Alemã...*, pp. 32-33.

²² MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...*, p. 100.

fundamental na metodologia marxista, pois é partir da mesma que Marx consegue produzir qualquer afirmação acerca da "natureza real do homem". Dessa maneira, as afirmações de Marx acerca da "essência natural do homem" e da "essência humana da natureza"²³ passam pela função mediadora fundamental da indústria.

Em Marx, a explicação da natureza real do homem opõe-se a idéia de natureza biológica ou animal do homem, justamente porque é construída - englobando a essência natural do homem e a essência humana da natureza - "em termos de uma relação necessariamente tríplice de reciprocidade dialética"²⁴. E, como continua Meszáros:

A natureza biológica ou animal do homem, ao contrário, só pode ser definida em termos de uma relação dupla, ou, para dizê-lo de maneira inversa, retratar a situação ontológica básica simplesmente em termos de uma relação dupla, entre homem e natureza, daria conta apenas das características da natureza biológico-animal do homem. Pois a consciência humana já implica uma relação humana específica com a indústria (tomada em seu sentido mais geral como atividade produtiva). Uma das contradições básicas das teorias que idealizam a reciprocidade não mediada entre o homem e a natureza está em que elas se colocam no impasse dessa relação animal a partir da qual nenhuma característica do dinamismo da história humana pode ser inferida. Então, numa tentativa de livrar-se dessa contradição - a fim de poder dar conta das características especificamente humanas -, tais teorias são forçadas a assumir uma natureza humana pré-fabricada, com todo apriorismo e teleologismo teológico que necessariamente acompanham tal concepção.

Ora, a questão da alienação - também em seu sentido político - passa pela natureza real do homem e não pela natureza biológica do homem. E isto porque, como destacado, "a natureza real do homem" dá conta do dinamismo histórico justamente porque esta concepção compreende o homem em sua relação com a natureza através da mediação da indústria. Esta mediação é que produz a história e produz a natureza real do homem.

Em relação à política como atividade humana, da mesma forma, esta não se liga a uma natureza biológica, mas antes a uma natureza real, isto é, histórica, do homem. Sendo histórica, a conclusão desde já possível é de que há relação inevitável da mesma com a indústria e, por isso, a política não pode estar justificada em uma essência humana imutável fora da história. Assim, desde já fica ressaltado que a afirmação do homem como animal

²³ Ibidem, p. 100.

²⁴ Ibidem, p. 100.

político ou da política como atividade humana fundamental - e também neste sentido a questão da alienação - não está fundada em teleologismo teológico ou em essência humana imutável, mas antes em uma natureza humana real, histórica e, neste sentido, relacionada como o dinamismo histórico só possível pela mediação da indústria.

Ao se relacionar com a sua natureza e com a natureza exterior através da indústria o homem constrói e reconstrói a ambas – a natureza exterior e a sua própria natureza - de modo que tanto quanto a natureza exterior é modificada na histórica também a natureza humana o é. Nesta construção o *ser* não deriva do *dever ser*²⁵, e isto é válido para a atividade produtiva tanto quanto para a atividade política, também no que se refere à alienação do homem em relação a ambas.

Um exemplo da superioridade do pensamento marxista e de sua maior capacidade para explicar a alienação pode ser obtido a partir de uma referência feita por Meszáros ao pensamento de Rousseau²⁶. Este que é sem dúvida um grandíssimo pensador, em seus discursos, especialmente no célebre "Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens", trata de um tema recorrente: a corrupção do homem pela civilização (indústria). O homem natural de Rousseau não é mau nem bom, mas antes vive conforme a natureza e sabe, antes de tudo, ouvir a esta mesma natureza²⁷. Em oposição a este estado de natureza, no qual se vive bem, porque de acordo com a natureza, surge a civilização, a sociedade civil, através e por causa do avanço da indústria²⁸.

No discurso de Rousseau, a relação entre homem, natureza e indústria é explicada sempre através de uma relação dupla, primeiro homem-natureza e, depois, homem-indústria. Nos termos de relação dupla, o desenvolvimento da indústria leva a um divórcio

²⁵ A afirmação de que o *ser* não deriva do *dever ser* não significa necessariamente que a consciência seja mero reflexo da realidade material e, ainda, que a mesma não possa modificar e/ou transformar o mundo. Aqui, dizer que o *ser* não deriva do *dever ser* está ligado à necessidade epistemológica de não se apreender o mundo e descrevê-lo a partir de um ideal de mundo imaginado, ignorando tudo o que existe concretamente. Porém, é inegável que a própria idéia de revolução traz em si um aspecto de *dever ser* e que, da mesma forma, mesmo o trabalho enquanto atividade humana que o diferencia do restante da natureza também traz em si a possibilidade da consciência modificar a realidade.

²⁶ MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...*, p. 103.

²⁷ ROUSSEAU, Jean Jacques. *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. Coleção "Os Pensadores". Tradução: Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 243.

²⁸ ROUSSEAU, Jean Jacques. *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens...*, pp. 259-263.

do homem em relação à natureza²⁹. Em Rousseau, a alienação do homem em relação à natureza - tida como divórcio trágico - é resultado do desenvolvimento da indústria (civilização) - e, talvez, em alguma medida o romantismo rousseauiano possa ser explicado - ou pelo menos associado - por esta visão que entende o desenvolvimento da indústria como causa da trágica alienação do homem em relação à natureza. Em Rousseau a relação homem-indústria substitui a relação homem-natureza.

Não se nega evidentemente o grande número de contradições percebidas pelo gênio de Rousseau, porém parece que Marx enxerga mais longe, pois ele "não fala simplesmente de alienação do homem com relação à natureza como tal, mas sobre a alienação entre o homem e a sua própria natureza"³⁰. E mais:

Esse conceito de natureza própria do homem implica necessariamente a automeiação ontologicamente fundamental entre o homem e natureza por intermédio de sua própria atividade produtiva (e autoprodutora). Em conseqüência a indústria (ou atividade produtiva) como tal adquire uma conotação essencialmente positiva na concepção marxista, resgatando o homem do dilema teológico da queda do homem³¹.

Em Marx, não há queda do homem e não há visão negativa da indústria. E se não existe uma visão negativa da indústria (atividade produtiva), a crítica da (auto)alienação se volta contra outra mediação localizada na história, desta vez a mediação que surge entre o homem e a indústria: o trabalho assalariado. O trabalho assalariado separa a indústria do homem e, por isso e só a partir disso, consegue tornar a atividade produtiva humana em coisa suscetível de venda, como qualquer outra mercadoria.

O trabalho assalariado está relacionado com a alienação do homem em relação à indústria, do mesmo modo em que a reificação do trabalho, condição de sua vendabilidade universal, só é possível porque ocorre separação e estranhamento entre homem e atividade produtiva. A alienação e a reificação no capitalismo estão profundamente relacionadas.

Como antes destacado, os elementos fundamentais da teoria da alienação em Marx são o homem (H), a indústria (I) e a natureza (N), sendo a alienação compreendida e

²⁹ MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...*, pp. 101-102.

³⁰ MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...*, p. 103.

³¹ *Ibidem.* p. 103.

estudada a partir da relação de reciprocidade dialética existente entre estes elementos. No capitalismo, como iniciado no parágrafo anterior, ocorre a reificação e a alienação do trabalho, estando as duas realidades intrinsecamente relacionadas.

No capitalismo, a relação entre homem e natureza não funciona somente nos termos da mediação da indústria e passa a operar a partir de novos elementos. O elemento humano, no capitalismo, se subdivide em trabalho assalariado e trabalhador (T), de um lado, e em propriedade privada e seu proprietário (P), de outro, ocorrendo com isso uma mediação da mediação, pois o homem - do ponto de vista prático - deixa de estar ligado diretamente à indústria e à natureza, tendo esta relação que passar antes pelo trabalho ou pela propriedade privada - não é mais como homem, mas antes como proprietário ou trabalhador que se relacionam homem, indústria e natureza.

Nos termos postos por Marx - e já aqui citados - nos manuscritos, esta divisão - trabalhador e proprietário - não é mera divisão, mas também antagonismo, que se concretiza no fato de os produtores estarem separados dos meios de produção. A esta separação se liga uma realidade de coisificação - reificação - do trabalho que deixa de ser tido como agente humano da produção e passa ser visto como fato material, como coisa, porque alienada de seu elemento humano. Como mais um fato da produção, o trabalho tem um preço, que uma vez pago permite que se realize a indústria, não em favor de quem trabalha, mas em favor de quem pode pagar pelo trabalho.

A indústria, que se realiza pelo pagamento do trabalho alienado, como mais um fato de produção, funciona não como mediação realizadora da natureza real (histórica) humana, mas como indústria também alienada - separada e estranhada do homem que trabalha. Neste mesmo processo, estando a indústria alienada, como reflexo da reificação do trabalho associada à sua alienação, a natureza está alienada, tanto no sentido de natureza exterior, como também no sentido de natureza humana. Dessa forma, no lugar da relação homem - indústria - natureza, no capitalismo existe a relação homem - que se subdivide no antagonismo proprietário (e a coisa propriedade) e trabalhador (e a coisa trabalho) - indústria alienada - natureza alienada.

A partir desta realidade, os saberes não poderiam mesmo comunicar-se entre si, como foi a pista percebida por Marx. Ora, como explica Meszáros, a economia política parte da propriedade privada - geralmente idealizada - e pensa o trabalho como coisa, como mais um fato da produção. A ética (e a filosofia especulativa) pensa o *Homem* e sua relação com a natureza, em geral de maneira abstrata e universal, não passando pelo trabalhador e pelo proprietário, o que dá o caráter idealista deste saber que não percebe que na realidade material o homem em abstrato não se relaciona com a natureza, mas sim o proprietário e o trabalhador - em seu antagonismo - é que se relacionam com a mesma. Por último, as ciências naturais se voltam para a indústria (ciência aplicada) e/ou para natureza (investigação básica), mas tornam-se abstratamente materiais na medida em que se realizam abstraindo a alienação tanto da indústria quanto da natureza³².

Meszáros ainda explica que "fica claro a partir da abordagem marxiana que as várias esferas teóricas refletem - de uma forma necessariamente alienada, correspondente a uma série de necessidades alienadas - a alienação e a reificação efetivas das relações sociais de produção"³³. Neste sentido, afirmações sobre o *Homem* costumam negar "as relações sociais de produção alienadas"³⁴.

Sobre as citadas relações alienadas, em Marx importa, como já dito, também o problema de sua superação, de sua transcendência e ambas - alienação e transcendência da alienação - surgem para Marx como necessidades ontológicas³⁵, sendo neste sentido que Marx afirma que "nisto repousa a dupla demonstração, tanto de que a vida humana necessitou da propriedade privada para sua efetivação, como, por outro lado, de que ela agora necessita da supra-sunção da propriedade privada"³⁶.

Marx, em seu tempo percebia o agudização do confronto nas relações entre trabalho alienado e propriedade privada e pensava com isso a necessidade da superação prática da alienação. Ao tratar da questão da superação - transcendência - da alienação, Marx, mais

³² MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...*, p. 105.

³³ *Ibidem*, p. 106.

³⁴ *Ibidem*, p. 106.

³⁵ *Ibidem*, p. 107.

³⁶ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos...*, p. 156.

uma vez, vai mais longe do que seus antecessores, mesmo aqueles que perceberam o problema do confronto capital e trabalho, pois percebe que "uma necessidade ontológica não pode ser oposta de maneira realista exceto por outra necessidade ontológica"³⁷ e, a partir disso, não retrata a transcendência da alienação como "postulado moral ou então como exigência lógica abstrata de um esquema especulativo desprovido de relevância prática"³⁸. A superação prática na sociedade das relações de produção alienada integra-se dialeticamente com a realização de seu ideal teórico de ciência humana.

A crítica marxista, portanto, contra os discursos filosóficos e científicos passa tanto pelo aspecto da alienação quanto pelo aspecto da transcendência da alienação - ambos vistos como necessidades ontológicas. Primeiro, para afirmar que saberes que tentam apreender a realidade sem se dar conta da alienação só podem reproduzir-se como reflexo da alienação que ignoram e, segundo, que não basta a compreensão teórica da alienação, se esta mesma compreensão deixar de tratar e de compreender a transcendência como uma questão teórica articulada dialeticamente com uma realidade prática em favor de uma visão da transcendência como um puro apelo moral.

Economia, política e alienação

Para Marx a questão da alienação está articulada com a questão da sua transcendência, assim como a questão econômica está articulada com a questão política. É conhecido - em um sentido até mesmo vulgar - a importância dada por Marx em suas análises ao movimento das categorias econômicas, entre as quais, a propriedade privada. Neste sentido Marx afirma "que no movimento da propriedade privada, precisamente da Economia, o movimento revolucionário inteiro encontra tanto a sua base empírica quanto teórica, disso é fácil reconhecer a necessidade"³⁹.

³⁷ MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...*, p. 107.

³⁸ *Ibidem*, p. 107.

³⁹ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos...*, p. 106.

Longe de significar qualquer reducionismo economicista ou mecanicismo econômico, Marx está atento para uma análise da alienação - e, também, da transcendência - do homem que possa ser identificada como histórica e materialista. E, sendo materialista e histórica, a análise no sistema marxista passa pelo movimento da propriedade e da economia em razão do já destacado papel da indústria como atividade mediadora da relação homem e natureza.

Na relação homem-natureza, como explicado por Meszáros, o homem é identificado como parte específica da natureza e esta relação, como fato social, não é aceita como um dado, como um resultado acabado, uma vez que no sistema marxista "tudo que é específico, tudo o que tem uma forma (já que cada forma particular expressa uma relação específica com seu conteúdo) deve ser explicado em termos de *vir-a-ser*, e por isso nenhuma condição primordial pode ser suposta"⁴⁰. Ainda como parte da natureza, a relação homem-natureza surge primeiro como "relação da natureza consigo mesma", relação na qual a histórica surge a partir da relação parte-todo, concretamente do homem como parte da natureza. Essa relação homem-natureza, que exige uma concepção histórica e que passa pela diferenciação no interior da natureza do homem como parte que se relaciona com o todo, é explicada por Meszáros da seguinte forma:

A fim de definir o homem como parte específica da natureza, é preciso possuir não somente uma concepção histórica ampla da própria natureza, que leve em conta a possibilidade, na verdade a necessidade, de diferenciação no interior da natureza (uma necessidade dependente da geração das condições incompatíveis com o estado de coisa anterior), mas também um fator particular que necessita de uma forma peculiar de diferenciação, que resulta na relação intrínseca entre o homem e natureza.

O fator que essa forma peculiar de diferenciação (isto é, o fator que reformula a relação parte-todo desta maneira: o homem, parte específica da natureza) é a indústria, a atividade com propósito, a atividade vital essencial. Neste sentido, o conceito de atividade (trabalho) é logicamente (e historicamente) anterior ao conceito de homem. Mas essa prioridade é, evidentemente, relativa, pois todos os três membros dessa relação dialética pertencem ao mesmo todo complexo, e nenhum deles pode ser abstraído sem destruir esta relação específica como tal⁴¹.

Está posta, mais uma vez, a essencialidade do trabalho, da indústria na relação homem e natureza na história. A indústria é o fator de diferenciação que permite a relação dialética homem e natureza, como uma relação da parte com o todo. Relação dialética com

⁴⁰ MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...*, p. 116.

⁴¹ *Ibidem*, p. 116-117.

três componentes constituintes: homem, indústria e natureza. Dessa diferenciação permitida apenas pela indústria pode-se arriscar a afirmação ontológica do "homem como animal que trabalha" e que com isso se diferencia como parte do todo que é a natureza. Assim, pelo trabalho se diferencia e se humaniza (no sentido de que, uma vez mais, o homem é o animal que trabalha). Pois, nas palavras do próprio Marx, "pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida"⁴².

Assim, como o fator de humanização do homem real, histórico, está associado à indústria, o fator de desumanização se liga à separação e ao estranhamento do homem de sua natureza real, isto é, da indústria. O trabalho assalariado - alienado - é a concretização de um processo de (auto) alienação, reificação e desumanização. A questão teórica - filosófica mesmo - acerca do homem em Marx passa pelo trabalho, e passa pelo movimento da propriedade - enquanto forma de apropriação do produto da atividade produtiva - e, por isso, pela Economia.

Ocorre que para Marx importa não apenas o problema da alienação, mas o tema de sua transcendência. Nesse aspecto, Marx pensa acerca da possibilidade/necessidade de superação do estranhamento da vida real, sendo este estranhamento da vida real econômico, mas não apenas econômico. Nas palavras de Meszáros, "é bastante evidente que não podemos combater o estranhamento da vida real - isto é, o estranhamento econômico - sem dominar teoricamente os complexos problemas econômico-sociais nele envolvidos"⁴³.

Nessa perspectiva de avançar sobre a questão da superação do estranhamento econômico da vida real, Meszáros adverte que "para Marx, em contraposição ao reformador, as investigações econômicas não servem de base teórica para uma ação econômica, mas sim para uma ação política" e, também, que "de fato, a questão de uma transcendência positiva só pode ser colocada em termos políticos na medida em que a

⁴² MARX, Karl. *A ideologia Alemã...*, p. 87.

⁴³ MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...*, p. 118.

sociedade considerada como uma superação real da sociedade criticada ainda está para nascer"⁴⁴.

Ora, desta forma, a questão da relação entre economia e política para a questão da alienação não existe na forma de hierarquia entre ambas, mas sim numa relação na qual a articulação entre investigações e práticas possa permitir uma compreensão materialista histórica da questão, assim como possa estar relacionada com um programa prático de superação da mesma.

A política tem como característica o poder de antecipar e estimular a evolução social futura - daí a idéia de política utópica ou de utopia como visão política - e tem como característica funcionar como mediação "entre o estado presente e o estado futuro da sociedade", afirmação válida tanto para a política progressista quanto para a política conservadora, com evidente ênfase desta última na manutenção do estado presente⁴⁵. Por outro lado, a ciência econômica, adverte Meszáros, "não tem essa função de mediação e, portanto, não pode operar com categorias do futuro", pois se assim o fizesse seria filosofia utópica disfarçada de ciência econômica⁴⁶.

A análise da alienação e, fundamentalmente, da transcendência da alienação - enquanto emancipação humana⁴⁷ - exige relação das questões econômicas e políticas e isto é próprio do método marxista. Assim, uma análise que parta de outras pistas ou percepções, como, por exemplo, o estado de alienação do homem comum em relação à política, no final do caminho deverá ser capaz de chegar ao mesmo ponto de articulação entre economia e política e entre alienação do trabalhador e alienação do cidadão. Pois, do mesmo modo em que Marx partindo do estranhamento econômico operado pelo trabalho assalariado chegou - não na maneira linear própria da lógica formal, mas na engenhosidade da análise histórico dialética - à questão da transcendência, da emancipação como ação política, todos aqueles que pretendem uma participação democrática real, efetiva, deverão chegar no conteúdo de suas análises ao momento de perceber o estado de alienação econômica como aspecto

⁴⁴ MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...*, p. 118-119.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 119.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 119.

⁴⁷ MARX. Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos...*, p. 109.

ontologicamente ligado ao fato da ausência de ação política cidadã por parte do homem comum, que é o trabalhador.

* * *

Na modernidade capitalista, com a alegada universalidade da cidadania nas sociedades liberais, pode ser percebido que a universalização da democracia foi acompanhada por uma perda de conteúdo social do *demos* e também de uma incapacidade crescente da esfera política - pelo menos como é defendido por boa parte da teoria geral da sociedade - de fazer diferença na exploração econômica⁴⁸. A modernidade fez com que o fato de ser cidadão não importasse para o metabolismo da exploração capitalista direta. Mas, de uma maneira ou de outra, política e economia se relacionam e a alienação enquanto relação social não se sustenta apenas na esfera - ou sistema - econômico, mas antes, enquanto conjunto complexo de relações, a alienação se realiza e, também, se dissolve não apenas nos domínios da economia. Em muitos aspectos, economia e política se relacionam, se mantêm e se justificam.

Sobre esta relação, é importante destacar que não sendo a propriedade privada uma realidade natural a-histórica justificável em uma natureza humana egoísta, então, a exploração econômica enquanto apropriação do excedente de produção - ou da produção alheia - precisa da política - e também do direito - para se sustentar. Neste sentido, Meszáros coloca a seguinte questão: "se o produto excedente não é distribuído com base na mais estrita igualdade, que medidas devem ser tomadas para assegurar o funcionamento normal da sociedade em discussão?"⁴⁹ Qualquer resposta a esta questão terá dificuldades, se quiser ter base histórica, de se sustentar sem apelar para uma "série complexa de inter-relações", que envolvem um conjunto de relações sociais, entre as quais relações jurídicas e políticas. Em outras palavras, relações de propriedade não são apenas econômicas, mas também jurídicas e políticas.

⁴⁸ Para uma discussão mais profunda da tese de perda do conteúdo social do "demos" Cf.: WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução: Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, pp. 155-204.

⁴⁹ MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...* p. 139.

Em seu aspecto jurídico e político, a alienação se liga a antiga questão entre liberdade e necessidade na relação do homem com a natureza, incluída aqui sua própria natureza⁵⁰. Neste aspecto, é colocada a questão de como se emancipa o homem da sujeição das necessidades naturais, e a resposta marxista afirma que essa emancipação se concretiza pela atividade produtiva⁵¹. Desta feita, em uma primeira conclusão, seria afirmado que o desenvolvimento da técnica e da produção seriam responsáveis diretos por um aumento da liberdade humana.

Porém, a análise do desenvolvimento da produção deve ser articulada com uma análise do quadro de relações de propriedade específicas dentro do qual se regula a produção. Então, a questão, para além do puro desenvolvimento da produção, no que concerne à problemática da liberdade do homem frente às necessidades naturais, está ligada à compreensão da forma específica de propriedade que pode aproximar ou alienar o homem do produto da produção.

A política e o direito surgem como mecanismos capazes de fazer com que mesmo em um dado momento histórico de grande desenvolvimento da produção, a liberdade humana esteja longe deste desenvolvimento, bastando para tanto que contribuam sustentando a alienação do trabalho. Neste sentido, relações de propriedade capitalistas juridicamente sustentadas se apresentam como fatores impeditivos da liberdade humana no sentido não apenas de liberdade frente às necessidades (i), mas também no sentido de liberdade "para exercer os poderes essenciais do homem" (ii)⁵².

As relações capitalistas de propriedade costumam mitigar a liberdade nos sentidos citados apoiadas em um sentido de liberdade negativa que impede mesmo a ação política do poder de interferência na esfera privada de propriedade. Assim, a universalidade da liberdade como não-interferência, tão cara aos liberais, funciona como mecanismo impeditivo da realização da liberdade do trabalhador, pois impede o poder político de

⁵⁰ MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...* p. 139.

⁵¹ *Ibidem*, p. 139.

⁵² *Ibidem*, p. 141.

alterar o quadro de exploração que aliena o trabalho do produto da produção e com isso impede que esse mesmo produto signifique liberdade de necessidades naturais.

A naturalização, acompanhada da sacralização, da propriedade privada impede a interferência da ação política para além de certo limite justificado como o campo das liberdades individuais invioláveis. Note-se, todavia, que esse campo de liberdade negativa garantido pelo direito impede, porque ajuda a manter intactas as relações de propriedade, que a imensa massa de trabalhadores possa realizar sua liberdade tanto no sentido (a) de estar livre das necessidade naturais quanto no sentido (b) de exercerem os poderes essenciais humanos. Ainda neste sentido, deve-se lançar luz para o fato de que a igualdade abstrata de direitos mascara - e com isso sustenta - o antagonismo capital e trabalho na lógica proprietário e não proprietários⁵³. Esse antagonismo é econômico, mas é também jurídico e político.

Destaque-se que embora seja mais evidente o papel da política como princípio regulador da sociedade, tanto na cidade antiga quanto no sistema feudal, ainda na sociedade capitalista, apesar do papel central do princípio econômico, a política e o direito cumprem papel fundamental na perpetuação da exploração econômica. Senão vejamos:

Primeiro que o trabalho é externo (ausserlich) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruina o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, obrigatório⁵⁴.

Essa exteriorização do trabalho afirmada por Marx, que mata a natureza do trabalhador, que o torna infeliz na realização da atividade que deveria lhe caracterizar, é sustentada, como explica Meszáros, como jugo, como domínio e como força. E estes elementos são, em grande medida, elementos políticos. E por entender o papel fundamental da política na manutenção e justificação do estranhamento do trabalho, Marx, citado por

⁵³ MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...* p. 144.

⁵⁴ MARX. Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos...*, p. 83

Meszáros⁵⁵, afirma que a emancipação dos trabalhadores se manifesta na forma de emancipação política dos trabalhadores⁵⁶.

Emancipação política que se traduz na realização da liberdade na forma desenhada por Marx: liberdade da necessidade e liberdade para realização dos poderes essenciais do homem.

Na visão de Marx, os poderes essenciais do homem são as características e poderes especificamente humanos, isto é, aqueles que distinguem o homem de outras partes da natureza.

O trabalho é a propriedade ativa do homem, e como tal é considerado como propriedade interna que se deve manifestar numa atividade livre. O trabalho é, portanto, específico no homem como uma atividade livre, sendo contrastado com as funções animais, comer, beber e procriar, que pertencem a esfera da necessidade.

O poder do homem de objetivar a si mesmo por intermédio do seu trabalho também é um poder especificamente humano. (...) encerra características inerentemente humanas, na medida em que permite ao homem contemplar a si mesmo num mundo criado por ele e não somente no pensamento.

Marx descreve o homem como um ser universal, e por isso livre, e o poder que lhe permite ser assim é derivado da sociabilidade⁵⁷.

Mais uma vez fica destacado no pensamento marxista o elemento da sociabilidade como inafastável do homem, como condição humana, para usar-se a expressão de Hannah Arendt⁵⁸. Assim, quando se coloca, uma vez mais, a questão de em que medida o homem está livre no capitalismo, a resposta não pode ser construída apenas tendo-se em conta o poder espetacular de produção possível pelo avanço inegável da produção. O capitalismo, em verdade, se coloca como sistema impeditivo da liberdade humana tanto no sentido de que as relações de propriedade alienam o trabalhador do fruto do trabalho - e com isso se estabelece a contradição percebida por Marx de que o avanço da produção é privação para o trabalhador - quanto no sentido de que desestimulam os poderes essenciais do homem, que se constroem em uma sociabilidade cada vez mais prejudicada pela ideologia do individualismo.

⁵⁵ MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...*, p. 144.

⁵⁶ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos...*, p. 88.

⁵⁷ MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...*, p. 145.

⁵⁸ ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução: Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

Neste sentido, um aspecto de força do capitalismo está ligado ao poder que o mesmo tem de construir a sociabilidade na forma de uma agregação de indivíduos perdidos, soltos, sem qualquer traço de unidade capaz de fazer frente aos imperativos do mercado. Os conflitos sociais deixam de ser explicados com base no antagonismo histórico entre capital e trabalho e passam a ser explicados com base na ideologia de uma natureza humana egoísta. Ao construir este edifício ideológico, o capitalismo, que precisa ser enfrentado através de uma ação política de emancipação, no que desestimula a sociabilidade, enfraquece as possibilidades da ação política coletiva e com isso consegue prolongar sua existência no tempo.

É interessante a percepção de como se articulam alienação econômica e alienação política. Por um lado, a alienação do trabalho necessita de aspectos jurídicos e políticos para perpetuar-se e, por outro, em sentido contrário, a luta pela transcendência da alienação também passa pela política, pois deve assumir a forma de uma luta política de emancipação. Porém, esta luta política (pela transcendência) é dificultada pelo fato de que aquela mesma alienação do trabalho existe como parte do metabolismo de um sistema que dificulta e desestimula a sociabilidade, que é condição para a política. Há aqui uma complexidade de relações com implicações recíprocas que tornam a tarefa tanto no aspecto político quanto no aspecto econômico como interdependentes.

Aqui se está diante de algumas constatações. Primeiro a de que a alienação econômica, enquanto separação e estranhamento do trabalhador do produto do trabalho e também da atividade mesmo produtiva, é elemento fundamental para a compreensão do estranhamento do homem em relação a outras atividades humanas de primeira ordem, entre as quais a política. Essa mesma alienação que só pode ser superada por um esforço de ação política transformadora, que exige unidade (em sentido material e não abstrato como a unidade na nação ou do bem-comum) e sociabilidade, ambos fatores fundamentais, mas prejudicados pelo metabolismo e pela ideologia capitalista.

A alienação do trabalho, que é a desumanização do homem enquanto animal que trabalha e que se diferencia do todo da natureza pela mediação da indústria, necessita de

sustentação jurídica e política, porém esta mesma sustentação política é disfarçada na medida em que a ideologia capitalista está articulada com o discurso de separação entre o econômico e o político. A política e o direito entram justamente no momento em que a falácia da economia política, que justifica a apropriação do excedente da produção com base em supostas leis naturais, passa a ser confrontada e precisa resistir, mesmo com força.

O antagonismo capital e trabalho não é apenas econômico, mas é também político, jurídico, é, em suma, social. Da mesma forma, a superação da alienação só "pode ser concebida na universalidade da prática social como um todo"⁵⁹, é esta a lição do marxismo para a economia e, também, é esta a lição do marxismo para a política.

Democracia e cidadania na realidade da alienação

Este trabalho quer tratar da possibilidade de participação democrática pelo homem comum. Ocorre que na realidade do momento histórico atual o homem comum é o trabalhador, que passa cotidianamente, no que vende seu trabalho, que deveria ser sua propriedade interna, por um processo de desumanização operado pela alienação da atividade produtiva com propósito. Neste sentido, qualquer um que queira discursar sobre as possibilidades da cidadania plena, real, hoje, deve ter em conta que o homem comum é o homem desumanizado pelo processo de alienação do trabalho.

O materialismo histórico foi capaz de perceber que o processo de alienação tem aspectos econômicos, mas só se realiza dentro de um complexo de relações sociais que são também jurídicas e políticas. A alienação é social, e como realidade social, a categoria da totalidade é mais uma vez inafastável da análise.

A análise da alienação em Marx sempre esteve associada à questão de sua transcendência, isto é, de sua superação, entendida como obra do homem, uma vez que a própria alienação existe como auto-alienação, como obra dos homens, e não dos deuses ou da Natureza. Ao relacionar alienação e transcendência, Marx chega à política, como ação,

⁵⁹ MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx...* p. 148.

como mediação entre o estado de coisas presente e o estado de coisas futuro, desejado e, em certo sentido, previsto por Marx. A transcendência da alienação passa pela ação política transformadora inserida de forma coerente no quadro da totalidade ação social.

Ora, Marx percebeu que o trabalhador alienado precisaria fazer política para realizar a superação da alienação real. Marx, ainda que em um sentido de política negativa⁶⁰, como negação da negação, percebeu a emancipação humana como parte de um processo que passava, inevitavelmente, por uma ação política de emancipação. Para os debatedores da cidadania, o caminho contrário também precisa ser percorrido.

Ao se pensar uma ação política para homens comuns nos espaços de vida comum, deve-se ter em conta que a ação política, passa, entre outros aspectos, pela tomada de consciência do estado de reificação a que se está submetido. Neste sentido, cumpre destacar que a cidadania pode ser deduzida do pensamento marxista é aquela que deve ser capaz de impedir a exploração econômica brutal. E isto porque se a cidadania, enquanto processo de empoderamento de homens comuns para realizar o poder e para se relacionar com o poder, não for capaz de impedir o processo de separação e estranhamento do homem de sua atividade humana vital, o trabalho, então, não haverá homem para realizar a política, que é atividade que se realiza apenas em relação à condição humana.

Só os homens trabalham e só os homens realizam a política. Se o momento histórico de desenvolvimento das relações sociais desumaniza, reifica e torna o trabalhador em coisa com um preço, então, não há homem para fazer a política. A cidadania, que exige que homens se tornem cidadãos, não pode prescindir da transcendência, ao menos como tentativa, como esforço, para realizar-se, a menos que se queria falar em teoria da cidadania realizada, evidentemente, pelo Homem, como entidade abstrata e filosófica. De outro modo, a cidadania real, que muda a realidade, exige o homem comum - real -, cuja liberdade de realizar os poderes essencialmente humanos, entre os quais a política, está impedida pelo metabolismo social.

⁶⁰ Para uma análise da política como negação da negação Cf.: CHASIN, J. *A determinação ontonegativa da politicidade*. In *Ensaio Ad Hominem/Estudos e Edições Ad Hominem*. N. 1, Tomo III - Política. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

O metabolismo social também dificulta a dita gestão democrática da cidade porque a sociabilidade é dificultada ou mesmo destruída pela modernidade capitalista, uma vez que a produção capitalista e a ideologia que a acompanha destruíram de fato os espaços geográficos de unidade e de identidade (o campo é um exemplo deste fato) e, em seu lugar, discursivamente, construíram mitos de sociedade como um conjunto de indivíduos isolados que contratualmente resolveram utilitariamente em favor da sociedade civil. E mais, costumam acompanhar este mito lendas sobre a fundação da nação e da história comum do povo⁶¹. Essa ideologia transforma os espaços comuns em espaços de competição, ou quando muito de troca, de mercado.

Os indivíduos, que existiriam antes da sociedade, se encontram na chamada sociedade civil (espaço do mercado, e das liberdades contratuais) que tem como oponente, como inimigo, o Leviatã, ou Estado, necessário, mas perigoso, porque quando costuma agir para além do que o Contrato Social exige - e permite - acaba por esmagar o indivíduo e sua dignidade, no que interfere ilegítimamente nos campos de suas eleições individuais possíveis. Esse Estado, a ser vigiado por toda a unidade da sociedade civil, precisa existir, daí o contrato social e suas variadas explicações, e, portanto, alguns devem se disponibilizar ao ofício profissional de administração do Estado e do governo da coisa pública: os políticos. Desconfia-se do Estado, desconfia-se dos políticos. Os políticos - e a política - assim como Estado não são admirados, são entendidos como uma necessidade a ser vigiada, e por quem? Pela sociedade civil.

Esta construção, aqui evidentemente sumarizada, contribui para que se esconda a contradição fundamental que compõe a sociedade civil - capital e trabalho - e ajuda a mascarar que no Estado estão refletidas as contradições da sociedade civil. Existe, ainda, ideologicamente a política como profissão, como ofício de poucos, a ser vigiada e não realizada pela sociedade civil. A política é esvaziada porque a mesma não pode compreender, apenas, à administração do Estado, mas antes se realiza como atividade humana de relacionar-se com o poder e contra o poder. No tempo da política esvaziada, a

⁶¹ Os mitos aqui não apenas funcionam como narrativas lendárias, mas também como mecanismo de solução imaginária para tensões e contradições sociais. CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p 9.

cidadania é também esvaziada para o sentido de status, de conjunto de direitos para com e contra um determinado Estado.

Para além destas questões (e de forma alheia até), o discurso em favor da gestão democrática da cidade costuma reclamar do problema da apatia, do desinteresse do homem comum por uma política mais próxima e cotidiana. Esse discurso, todavia, que percebe a apatia, não costuma perceber o complexo de relações envolvidas, tampouco captura a alienação do trabalhador como processo de desumanização inseparável de apatia do homem comum em relação à política. Não consegue, ainda, perceber as contradições e os mitos em questão.

Como mito, como explicitado, existe a sociedade civil como unidade em confronto com o Estado, pois o Estado reproduz e pode servir ao interesse da sociedade civil, ou melhor, aos interesses da parcela social que domina a sociedade civil: os proprietários. Existem, ainda, como mitos o "bem-comum" e o "povo" como conjunto de indivíduos portadores de iguais direitos políticos. Estas categorias universais, no que se afastam do real, não explicam, mas confundem e fazem com que o discurso jurídico acerca da cidadania tenha pouca concretude.

A cidadania existe em um tempo de fetichismo da mercadoria, de reificação e de troca de mercadorias que influencia, na afirmação clássica de Lukács, toda a vida social:

Como se sabe, a troca de mercadorias e as relações mercantis subjetivas e objetivas correspondente já existiam em etapas muito primitivas do desenvolvimento da sociedade. Mas o que importa aqui é saber em que medida a troca de mercadorias e suas conseqüências estruturais são capazes de influenciar toda a vida exterior e interior da sociedade⁶².

Neste processo, ainda não superado, de reificação de toda a vida social, a mesma sorte do trabalho é destinada à cidadania⁶³. Não perceber isto, isto é, não se dar conta do quanto a apatia política está associada ao processo de coisificação que se abate sobre os

⁶² LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução: Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 195.

⁶³ Como defendido por José Paulo Netto, "a manutenção funcional do capitalismo tardio tem o seu elemento axial na reificação das relações sociais". NETTO, José Paulo. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981, p. 16.

homens, e, ainda, não perceber o quanto a cidadania, como ação política ativa e relevante, é incompatível com um sistema que opera anulando a sociabilidade, traz como consequência a produção de falas sem sentido prático, apoiadas em um apelo moral possibilista e ingênuo.

A sorte do cidadão está relacionada com a sorte do trabalhador, como homem comum chamado a realizar a política cidadina. A alienação desumaniza e reifica o homem como um todo, de modo que o mesmo homem que estranha e rejeita o trabalho, estranha e repugna a ação política. Nesse sentido, em Marx, o caminho parece estar em uma dependência recíproca: a apatia política do cidadão tem relação direta com a alienação do trabalhador, e esse mesmo trabalhador só superará o seu estado de alienação se for capaz de enquanto cidadão antecipar o futuro através da ação política.

Referências bibliográficas

AFONSO DA SILVA, José. *Comentário Contextual à Constituição*. São Paulo: Editora Malheiros, 2005.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução: Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BARRETTO, Vicente. *O fetiche dos Direitos Humanos e outros temas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

BERTASO, João Martins. Cidadania, in: BARRETTO, Vicente. *Dicionário de Filosofia Política*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010.

CHASIN, J. *A determinação ontonegativa da politicidade*. In *Ensaio Ad Hominem/Estudos e Edições Ad Hominem*. N. 1, Tomo III - Política. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

DAGGER, Richard. *Civic Virtues: rights, citizenship, and republic liberalism*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

LOWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Tradução: Anderson Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2002.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução: Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

PETROVIC, Gajo. Alienation. In: BOTTOMORE, Tom (org.). *A Dictionary of Marxist Thought*. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. Coleção "Os Pensadores". Tradução: Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.